

GUIA FORMATIVO

Monitoramento de POLÍTICAS PELA PRIMEIRA infância



OBSERVATÓRIO DA
primeira
infância



Rede
Nossa
São Paulo



Programa
Cidades
Sustentáveis



REDE
CONHECIMENTO
SOCIAL

Todo o conteúdo dessa obra está licenciado sob Atribuição–Não Comercial 3.0 Brasil (CC BY-NC 3.0 BR). Isso significa que a publicação é protegida por direitos autorais, mas seu texto pode ser utilizado de forma gratuita para fins de incidência, campanhas, educação e pesquisa, desde que a fonte seja reconhecida na íntegra. A Rede Nossa São Paulo pede gentilmente que isso seja registrado, para poder avaliar seu impacto e alcance.

E-mail: contato@institutocidadessustentaveis.org.br
Mais informações sobre o Observatório da Primeira Infância em <https://www.observaprimeirainfancia.org.br/>

REALIZAÇÃO

Rede Nossa São Paulo | <https://www.nossasaopaulo.org.br/>
Fundação Bernard van Leer | <https://bernardvanleer.org/pt-br/>

PRODUÇÃO E CONTEÚDO

Rede Nossa São Paulo
Rede Conhecimento Social | <http://conhecimentosocial.org/>

DESIGN

NaruDesign | <https://narudesign.com.br/>

APOIO

Programa Cidades Sustentáveis |
<https://www.cidadessustentaveis.org.br/>

fevereiro de 2020 | 1ª EDIÇÃO

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO

02

CONCEITOS BÁSICOS

O que são dados

06

O que são indicadores

07

Para quê usar indicadores

08

MONITORAMENTO DE POLÍTICAS PÚBLICAS

O que é monitoramento de indicadores

09

6 razões para monitorar indicadores

09

Controle social: o que é e para que serve

10

Monitoramento de contextos complexos

11

Limitações dos números

11

EXPERIÊNCIA DE REFERÊNCIA: Uma rede de monitoramento por objetivos globais

13

POLÍTICAS PELA PRIMEIRA INFÂNCIA

Breve histórico da criança como sujeito de direitos

15

O que é o Plano Municipal da Primeira Infância (PMPI)

16

O Plano Municipal da Primeira Infância de São Paulo

16

Monitoramento do PMPI

16

EXPERIÊNCIA DE REFERÊNCIA: Observatório da Primeira Infância

17

O QUE PODE SER FEITO PELA PRIMEIRA INFÂNCIA

18

LEITURAS RECOMENDADAS

20

FONTES DE DADOS

22



APRESENTAÇÃO

Quando uma cidade acolhe as demandas da primeira infância, garante a cidadania antes mesmo do nascimento. Diversos estudos comprovam que até o sexto ano de vida há um alto grau de desenvolvimento físico, social e cognitivo que é único e que reverberará ao longo de toda a vida da pessoa. Por isso, é importante assegurar condições para que essa etapa seja contemplada por um ambiente seguro e que propicie esse desenvolvimento.

Este Guia Formativo faz parte de um dos vários produtos desenvolvidos no âmbito do Observatório da Primeira Infância, uma plataforma online que organiza e apresenta dados e visões sobre as condições dessa fase prioritária da vida.

Seu lançamento foi em 2017, junto à primeira edição do Mapa da Desigualdade da Primeira Infância, que retrata as desigualdades sócio-territoriais dos 96 distritos da cidade. O Mapa mostra, de uma forma simples e fácil de compreender, vários indicadores decisivos para o desenvolvimento

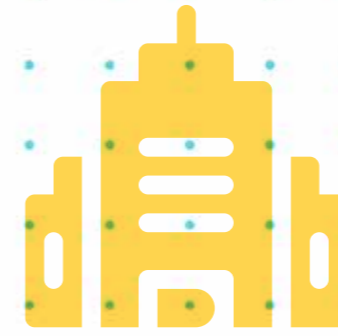
de políticas públicas voltadas a gestantes, bebês e crianças.

O diagnóstico trazido pelo Mapa de 2017 apoiou diretamente a construção do Plano Municipal pela Primeira Infância (PMPI) em 2018 e também auxiliou na definição dos 10 territórios prioritários para a implementação do PMPI.

De forma a disseminar e multiplicar o Observatório para outros municípios e torná-lo ferramenta para monitoramento de políticas públicas, este Guia traz informações básicas sobre como podem ser acompanhadas as iniciativas voltadas para a primeira infância. São também abordados alguns conceitos centrais sobre dados, indicadores e estratégias para seu uso.

O conteúdo é direcionado a servidores públicos, organizações da sociedade civil e cidadãos interessados nessa área temática.

Esperamos que esse material possa estimular a produção e sistematização de conhecimento em diversos contextos, tendo a criança como prioridade absoluta em nossa sociedade.



AS INSTITUIÇÕES



FUNDAÇÃO BERNARD VAN LEER

Uma fundação privada holandesa que apoia programas vinculados ao fortalecimento e escala de políticas públicas e busca disseminar o conhecimento de experiências exitosas para o desenvolvimento da primeira infância. Fornece apoio financeiro e expertise em três áreas: *Parent Plus* – serviços que combinem a formação de pais e mães no desenvolvimento da primeira infância com atividades que atendam às necessidades básicas das famílias; *Urban95* – desenho urbano de cidades que contribuam para o pleno desenvolvimento da criança; *Building Blocks* – atividades de advocacy para propagar a mensagem da importância de se investir nas crianças pequenas.



REDE NOSSA SÃO PAULO

Uma organização da sociedade civil que tem por missão mobilizar diversos segmentos da sociedade para, em parceria com instituições públicas e privadas, construir e se comprometer com uma agenda e um conjunto de metas, articular e promover ações, visando a uma cidade de São Paulo justa e sustentável. Sua atuação é pautada pelo combate à desigualdade, pela promoção dos direitos humanos, pela participação e controle social, e pela transparência e respeito ao meio ambiente.



REDE CONHECIMENTO SOCIAL

Uma organização sem fins lucrativos que busca promover a construção compartilhada de conhecimento, conectando pessoas, grupos e organizações, para gerar mobilização, transformação e participação social. A partir de diferentes abordagens, baseadas na colaboração, cocriação e troca de saberes, propõe o uso e disseminação de pesquisas como prática formativa e método para fortalecimento de territórios e causas.



CONCEITOS BÁSICOS

O QUE SÃO DADOS

São uma forma de produção de informação, que busca compreender uma realidade.

TIPOS DE DADOS

QUALITATIVO

Busca olhar o que é particular, específico. Descreve pontos subjetivos como atitudes, motivações, comportamentos.

QUANTITATIVO

Busca olhar o que é amplo, coletivo. Determina pontos objetivos como frequências, proporções, variações, probabilidades, projeções.

UM DADO PODE SER

AGREGADO = DADO AGRUPADO

informação que traz a somatória de diversas partes, para uma visão geral, mas sem a possibilidade de detalhar o que compõe essa somatória.

Exemplo: número de matrículas na creche no Brasil soma os dados de todos os municípios e permite ver o país como um todo em relação a esse tema. Mas com essa soma não é visível quais municípios tem um melhor atendimento e quais precisam de mais investimento na área.

DESAGREGADO = DADO NÃO (OU POUCO) AGRUPADO

informação que apresenta um cenário de uma parte isolada, para uma visão particular.

Exemplo: conseguimos saber quantas crianças foram internadas por doenças respiratórias no município, mas podemos filtrar ainda mais o dado e saber quantas dessas pessoas são menores ou maiores de 3 anos; ou ainda saber quais são os territórios ou períodos do ano que tem maior demanda de atendimento.

QUEM PRODUZ E QUEM USA DADOS

* Órgãos públicos, como secretarias, ministérios, controladorias, institutos públicos (IBGE, Fundação SEADE, Instituto Pereira Passos, etc.)

* Empresas
* Instituições educacionais e científicas
* Sociedade civil

Todos podem produzir e usar dados, desde que apliquem as técnicas e metodologias adequadas para compreender determinado contexto.

O QUE SÃO INDICADORES

São **conjuntos de dados** que buscam uma descrição da realidade, uma medida de uma situação, um registro de um contexto, em determinado momento e espaço.

UM INDICADOR DEVE SER

- * De fácil compreensão para diferentes públicos
- * Atualizável periodicamente e passível de ser acompanhado no tempo
- * De preferência, desagregável em termos geográficos, demográficos e socioeconômicos (OMS 1996, Jannuzzi 2001).

OLHAR UM INDICADOR AGREGADO OU DESAGREGADO É COMO AUMENTAR OU DIMINUIR UM ZOOM:

- + quanto mais próximo (desagregado), mais detalhes podem ser vistos;
- quanto mais distante (agregado), mais amplamente se pode ver.

O comparativo de olhares próximos e distantes pode revelar desigualdades.

Exemplo: Quando olhamos para um município do porte de São Paulo, é possível encontrar múltiplos contextos. Cada distrito pode ter ou não ter um serviço. Por isso, desagregar dados por distritos ajuda a identificar algumas desigualdades territoriais.

O QUE SÃO VARIÁVEIS

São características que compõem um indicador e que podem ser medidas ou classificadas.

Em um indicador quantitativo, as variáveis são:

- * os valores numéricos que o compõe
Exemplo: o indicador "Alunos por turma – creche" é composto pelas variáveis: [1] "Número de matrículas em creches municipais e conveniadas" ÷ [2] "Total de turmas nas creches, rede pública e conveniada"
- * informações demográficas, socioeconômicas, ou outras características que possam ser comparadas, como faixa de idade, classe social, gênero, raça/cor, etc.
Exemplo: no indicador "Pré-natal insuficiente" podemos filtrar os dados para observar esse atendimento entre mulheres negras.



CONCEITOS BÁSICOS



MONITORAMENTO DE POLÍTICAS PÚBLICAS

PARA QUÊ USAR INDICADORES



EM DIAGNÓSTICOS

- * Conhecer detalhes do contexto que se deseja modificar
- * Escolher os beneficiados de uma ação



EM PLANEJAMENTOS

- * Identificar os objetivos de uma ação
- * Traduzir necessidades em metas ou reajustar metas



EM MONITORAMENTOS

- * Acompanhar o andamento de uma ação
- * Adotar os redirecionamentos necessários
- * Verificar os resultados parciais



EM AVALIAÇÕES

- * Medir o alcance de processos e ações
- * Verificar impactos obtidos

INDICADORES NO MUNDO...

Em diversos países, o setor público tradicionalmente produz e utiliza dados sobre economia e condições sociais da população para medir o seu desenvolvimento. Contudo, nos anos 1960, percebeu-se que essas dimensões não eram suficientes para falar em desenvolvimento, pois notou-se que o crescimento econômico não necessariamente amenizava os altos índices de desigualdades sociais.

OCDE, UNESCO, UNICEF, OIT, OMS são algumas das organizações internacionais que protagonizaram o "Movimento de Indicadores Sociais", responsáveis por avanços no conceito e nas metodologias de sistemas nacionais de indicadores, **produzidos por órgãos públicos**, que pudessem mensurar e monitorar o bem-estar e a mudança social.

(JANNUZZI, 2009; SCHRADER, 2002)

... E NO BRASIL

Aqui, a adoção de indicadores sociais ganhou maior espaço nos anos 1980, "com o crescimento da visibilidade de inúmeras questões sociais, como distribuição de renda, miséria, mortalidade infantil, criminalidade, qualidade da educação, entre outras, os dados estatísticos passam a fazer parte do monitoramento das ações governamentais pela sociedade civil."

(SOLIGO, 2012)

O QUE É MONITORAMENTO DE INDICADORES

É o acompanhamento de indicadores ao longo do tempo para observar se houve mudanças (avanços ou retrocessos), observar tendências e procurar possíveis causas.

6 RAZÕES PARA MONITORAR INDICADORES

- 1 Orientar decisões.
- 2 Compor **diagnósticos**.
- 3 Potencializar e **otimizar** o uso dos recursos.
- 4 **Definir prioridades** para elaboração de políticas públicas e alocação de recursos.
- 5 **Analisar a contribuição** de uma política ou programa ao longo do tempo.
- 6 **Verificar** o comportamento de processos sociais, possibilitando **intervir** sobre eles

POLÍTICAS PÚBLICAS BASEADAS EM EVIDÊNCIAS

- * É uma forma de gestão do setor público que utiliza dados em todas as suas etapas, do diagnóstico até a avaliação.
- * Decisões sobre ações a serem priorizadas por um governo costumam ser baseadas em um conjunto de fatores, os quais nem sempre são livres de tensões, negociações, disputas de interesse e subjetividades.
- * As **evidências**, que consistem em informações produzidas por meio de dados e análises rigorosas, acabam sendo importantes para **eliminar fatores subjetivos na hora de tomar decisões** sobre a formulação ou implantação de políticas públicas.
- * Monitorar indicadores e produzir análises que busquem uma relação de causa e efeito pode ser uma forma de produzir evidências para a tomada de decisão.



MONITORAMENTO DE POLÍTICAS PÚBLICAS

CONTROLE SOCIAL: O QUE É E PARA QUE SERVE

O controle social é uma forma de participação política que vai além do voto, entendendo que a sociedade não é externa ao Estado, mas sim parte do desenho de suas ações. Por isso, propõe que setores da sociedade civil monitorem na gestão pública com o objetivo de direcionar as ações

do governo para a defesa de seus interesses.

Procura orientar e definir prioridades para planejar, implantar e avaliar programas e políticas públicas por meio da relação entre sociedade e Estado.

Por isso, o monitoramento de indicadores pode ser uma forma de exercer o controle social.

CONDIÇÕES NECESSÁRIAS PARA O CONTROLE SOCIAL

- * Mobilização da sociedade para exercer essa participação
- * Instrumentos de prestação de contas
- * Disponibilidade de dados e informações sobre serviços, territórios, demandas

Sabemos, contudo, que a disposição de informações nem sempre é automática na administração pública. Seja porque ainda é preciso avançar em políticas de transparência de dados, seja porque alguns dados não existem ou não estão organizados para serem disponibilizados.

Nos casos em que o Estado não tem mecanismos de transparência bem estabelecidos, é parte do processo de controle social investir esforços em pressionar para que as informações sejam disponibilizadas, ou ainda criar formas de produzir dados e informações.

IMPORTÂNCIA DA TRANSPARÊNCIA E DE DADOS ABERTOS

A publicação de dados permite a cidadãos o conhecimento sobre a realidade, o acompanhamento das políticas, das contas públicas e do cumprimento ou não dos seus direitos. Ou seja, ter à disposição dados e informações públicas é importante para que a sociedade possa participar e contribuir com a gestão pública, exercer o controle social (acompanhamento de ações e políticas de governo).

No Brasil, uma conquista importante foi a aprovação da Lei de Acesso à Informação (nº 12.527/2011) que criou mecanismos que possibilitam, a qualquer pessoa, gratuitamente, sem necessidade de apresentar motivo, receber informações de interesse coletivo dos órgãos e entidades públicas.



SAIBA MAIS
no Portal Brasileiro de Dados Abertos.

MONITORAMENTO DE CONTEXTOS COMPLEXOS

Para produzir um diagnóstico ou analisar avanços de políticas sociais é importante ter em mente que um único indicador não pode contemplar tudo. Isso porque fenômenos sociais são complexos e têm influências de múltiplos fatores.

Se um indicador descreve uma situação específica, não é possível, por exemplo, estabelecer relações de causa e efeito com apenas um dado. Exemplo: Para identificar quais ações podem ser feitas para reduzir a mortalidade neonatal não basta olhar apenas para essa taxa. É preciso buscar dados sobre a cobertura pré-natal, causas das mortes e outros que permitam observar por diversos ângulos o que pode influenciar o problema.

LIMITAÇÕES DOS NÚMEROS

Costuma ser difícil imaginar como tornar tangível aquilo que é muito subjetivo. Como traduzir sensações ou vivências em números?

Pensando na primeira infância isso pode parecer ainda mais difícil: como levar em conta as perspectivas do público dos 0 aos 6 anos e suas famílias?

Indicadores oficiais podem (e devem) ser complementados com outras formas de coleta e análise, qualitativas e quantitativas.

SISTEMAS DE INDICADORES

São uma forma de juntar informações que se complementam, para tentar facilitar a interpretação de realidades complexas.

Um conjunto de indicadores é selecionado para medir, ao longo do tempo, uma área específica.

Esses indicadores costumam ser vistos de forma comparativa ou procurando relações complementares entre eles.

INDICADORES DESAGREGADOS E GEORREFERENCIADOS PARA OLHAR DESIGUALDADES TERRITORIAIS

O uso de mapas é um importante aliado quando o que se quer é atuar em uma perspectiva de territórios.

Olhar para um município a partir de mapas permite comparar dados e verificar os locais mais desprovidos de serviços e equipamentos públicos.

Os Mapas da Desigualdade de São Paulo são um exemplo dessa prática, que também foi aplicada à primeira infância.

ABORDAGENS QUALITATIVAS

São muitas as metodologias para levantar percepções mais subjetivas: entrevistas em profundidade, grupos de discussão, etnografias, pesquisas participativas, histórias orais, photovoice, workshops, interação baseada em imagens, etc.

O importante é dar voz a quem é diretamente influenciado pelo contexto e pelas políticas.

MONITORAMENTO DE POLÍTICAS PÚBLICAS

EXPERIÊNCIA DE REFERÊNCIA

UMA REDE DE MONITORAMENTO

Em 2000, a Declaração do Milênio da ONU definiu 8 Objetivos do Milênio (ODM), para serem alcançados até o final de 2015.



Para cada ODM, foram definidos metas e indicadores (globais e locais) mínimos, a serem monitorados para verificar o cumprimento ou não de tais metas.

No Brasil, o **Movimento Nacional pela Cidadania e Solidariedade/Nós Podemos** (Fiep/PNUD) foi uma importante iniciativa para promover e articular formas de fazer com que o Brasil atingisse os objetivos. Algumas ações do movimento foram:

- * Portal ODM, que oferecia dados e referências de ações.
- * Campanha Nós Podemos, que promoveu a coleta anual dos indicadores listados para cada meta.
- * Mobilização de grupos de trabalho para promover ações a partir dos diagnósticos e verificar o quanto as ações eram eficazes.
- * Divulgações desses indicadores e ações em diversos meios (jornais, relatórios, etc.)

No âmbito internacional, a Comissão Econômica para América Latina e Caribe realizou publicações periódicas de informes regionais para cada um dos objetivos e metas, alinhados com os relatórios globais do Sistema das Nações Unidas.

Em 2015, ao final do prazo estipulado para os ODM, a ONU propôs um novo pacto a partir dos **Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS)**, com novas metas a serem cumpridas pelos países até 2030 e com vistas a garantir um desenvolvimento global e sustentável.

POR OBJETIVOS GLOBAIS

São 17 objetivos e 169 metas definidos, incentivando parcerias globais e esforços para acompanhamento e revisão.



A plataforma de **Indicadores Brasileiros para os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável** está disponível para o acompanhamento de ações e indicadores específicos e globais de cada meta.

Além disso, disponibilidade e uso de dados constitui também duas metas específicas, no **ODS 17**:

17.18 ATÉ 2020, reforçar o apoio à capacitação para os países em desenvolvimento, inclusive para os países menos desenvolvidos e pequenos Estados insulares em desenvolvimento, para aumentar significativamente a disponibilidade de dados de alta qualidade, atuais e confiáveis, desagregados por renda, gênero, idade, raça, etnia, status migratório, deficiência, localização geográfica e outras características relevantes em contextos nacionais

17.19 ATÉ 2030, valer-se de iniciativas existentes para desenvolver medidas do progresso do desenvolvimento sustentável que complementem o produto interno bruto [PIB] e apoiem a capacitação estatística nos países em desenvolvimento.

A B C POLÍTICAS PELA PRIMEIRA INFÂNCIA

BREVE HISTÓRICO DA CRIANÇA COMO SUJEITO DE DIREITOS

A criança passou a ser um tema de ordem pública a partir do século XX, quando tornou-se um sujeito de direitos, cujas especificidades devem ser garantidas para que o desenvolvimento de suas faculdades (tão caras ao sujeito adulto) seja pleno.

Diferentes proposições políticas e jurídicas surgiram para defender a criança como sujeito de direitos especiais no mundo, com a Declaração da Universal dos Direitos da Criança (1959), a Convenção dos Direitos da Criança (1989) e a Conferência Mundial sobre a Criança (1990).

No Brasil, essa pauta ganhou maior espaço a partir da Constituição Federal (1988) e do Estatuto da Criança e do Adolescente (1990). O destaque à primeira infância, contudo, só se tornou pauta política no século XXI, quando foi aprovado o Marco Legal da Primeira Infância (Lei 13.257/2016), que estabelece as condições e orientações para a elaboração de planos intersetoriais no âmbito dos municípios, voltados à primeira infância, com escuta ampliada da população e definição de metas pelos órgãos responsáveis.

O QUE É O PLANO MUNICIPAL DA PRIMEIRA INFÂNCIA (PMPI)

É um plano no âmbito municipal, que segue diretrizes estaduais e nacionais (Plano Nacional pela Primeira Infância), mas que responde a um diagnóstico local. Nele, se estabelecem eixos, estratégias e metas a serem alcançadas pelo município, de forma transversal entre as diversas pastas e setores da sociedade.

Diferentemente do Programa de Metas de uma prefeitura, que é um plano de governo que contém as ações a priorizadas pela prefeitura durante os quatro anos de gestão, o PMPI determina eixos prioritários para um período mais longo, normalmente, de 10 anos.

TODO PLANO É TAMBÉM UM IMPORTANTE INSTRUMENTO DEMOCRÁTICO

A democracia vai além do voto a cada quatro anos. A elaboração de planos é uma oportunidade para que a população se envolva diretamente na tomada de decisões sobre seu território e sua implementação. A construção participativa, busca compatibilizar as necessidades da população com as possibilidades do Estado e as prioridades da gestão.

SAIBA MAIS pelos materiais desenvolvidos pela Rede Nacional pela Primeira Infância

O PLANO MUNICIPAL DA PRIMEIRA INFÂNCIA DE SÃO PAULO



Aprovado em 2019 e antecedido pela Lei nº 16.710 de 2017, o PMPI de São Paulo (2018-2030) é organizado em 4 eixos estratégicos que se desdobram em 31 metas e 135 estratégias de ação, que dizem o que o poder público fará concretamente para alcançar cada meta esperada.

MONITORAMENTO DO PMPI

Pode ser realizado por meio do acompanhamento dos indicadores que expressam as estratégias desenhadas para cumprir as metas.

Por exemplo, no PMPI de São Paulo temos:

	ESTRATÉGIA
EIXO 2, META 1. Garantir atendimento a todas as crianças de 0 a 3 anos	1.1 Assegurar, até 2025, atendimento na Educação Infantil para 75% das crianças de 0 a 3 anos ou 100% da demanda registrada, o que for maior.
	INDICADORES
	<ul style="list-style-type: none"> * População de até 3 anos atendida em creches * Demanda de vagas atendidas em creches

Mas nem sempre os indicadores passíveis de monitorar as estratégias estão descritos no Plano. Por isso é importante que a sociedade e o Estado estabeleçam diálogo para dispor de ferramentas e dados abertos para viabilizar o controle social. Além disso, é importante acompanhar todas as etapas de um PMPI.

ETAPAS DE UM PLANO MUNICIPAL PELA PRIMEIRA INFÂNCIA

Diagnóstico da situação estabelece um ponto de partida

Formulação de propostas via fóruns, assembleias, conferências e/ou audiências

Escrita do Plano incorporação das propostas

Audiências Públicas validação das propostas

Aprovação do documento pelo poder legislativo

Execução das metas

Acompanhamento

POLÍTICAS PELA PRIMEIRA INFÂNCIA

EXPERIÊNCIA DE REFERÊNCIA

OBSERVATÓRIO DA PRIMEIRA INFÂNCIA



OBSERVATÓRIO DA
primeira
infância

O Observatório da Primeira Infância, inspirado no Programa Cidades Sustentáveis (Rede Nossa São Paulo), o programa Urban 95 (Fundação Bernard Van Leer) e os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ONU), tem o objetivo de organizar dados e visões sobre as condições de vida de crianças de 0 a 6 anos, abordando temas da saúde, educação, uso da cidade, infraestrutura e planejamento urbano, consumo responsável, cultura, esporte, economia criativa e sustentável e equidade social.

Na plataforma, são encontrados dados e informações quantitativos e qualitativos que se complementam, trazendo a perspectiva de olhar territorial para o município, bem como reflexões sobre a experiência da criança na cidade. Estão disponíveis:

- * Cerca de 130 indicadores georreferenciados e com série histórica sobre a primeira infância no município de São Paulo;
- * Um mapa interativo para cruzar dados e aprofundar análises sobre a temática;
- * Materiais sobre boas práticas para a garantia dos direitos das crianças e gestantes;
- * Uma sessão especial contendo informações sobre as “crianças invisíveis”, cuja prioridade é chamar a atenção do

governo e da sociedade civil a diversas situações e especificidades vividas por algumas crianças cujas vozes não são ouvidas e não constam nos registros públicos abertos;

- * Uma galeria online com fotos registrando o Olhar das Crianças sobre a cidade, promovendo a escuta de crianças por meio da fotografia e as inserindo como atores relevantes para analisar a cidade;
- * Uma aba de monitoramento do PMPI e do Programa de Metas de São Paulo, onde estão relacionados os indicadores disponíveis na plataforma que podem apoiar o monitoramento: das 31 metas do PMPI, o Observatório dialoga com 17, sendo 13 por meio de indicadores e 4 pelo Olhar das Crianças;
- * Os Mapas da Desigualdade da Primeira Infância publicados em 2017 e 2020;
- * Um Guia de Multiplicação do Observatório da Primeira Infância em 5 passos e um Guia Técnico afim de incentivar outros municípios a produzirem suas próprias plataformas, com dados próprios e o Olhar das Crianças na sua cidade;
- * Este Guia de Monitoramento de Políticas Pela Primeira Infância, com dados e experiência sobre o tema.



O QUE PODE SER FEITO PELA PRIMEIRA INFÂNCIA

AS CRIANÇAS SÃO RESPONSABILIDADE DE TODAS AS PESSOAS

Para que sociedade e Estado trabalhem juntos, é importante que haja formas de potencializar processos de participação e controle social. Todas as pessoas têm um papel importante na promoção dos direitos e do desenvolvimento integral das crianças, desde os primeiros anos de vida.

EM MUNICÍPIOS COM PMPI

É preciso garantir que esse plano seja colocado em prática, com a melhor qualidade possível

PODER PÚBLICO

- * **Disponibilizar informações** atualizadas sobre a implantação do plano
- * **Criar canais de transparência**, para que a sociedade possa acompanhar as ações
- * **Realizar reuniões intersetoriais e interdisciplinares**, para promover ações integradas
- * **Fomentar e realizar iniciativas de troca de experiências** e de capacitação (fóruns, debates, palestras, seminários, etc.)
- * **Estimular o setor privado** a desenvolver ações positivas (p. ex. dar apoio a gestantes e discutir paternidade)

SOCIEDADE CIVIL

- * **Acompanhar as metas** definidas no plano, participando em instâncias de monitoramento e avaliação
- * **Integrar grupos de trabalho** para aprofundamento contínuo sobre a temática
- * **Identificar quais são os tomadores de decisão** do governo local que lidam com questões da primeira infância
- * **Acompanhar vereadores** que sejam sensíveis a essa causa e que priorizem as crianças no processo legislativo
- * **Conhecer o funcionamento dos órgãos de controle** que atuam no município, para buscar apoio quando necessário

EM MUNICÍPIOS SEM PMPI

É importante procurar formas de incidir para o desenvolvimento de um PMPI em seu município

- * **Buscar articulação com atores estratégicos** do poder público (executivo e legislativo) que sejam sensíveis ao tema
- * **Realizar consultas públicas e pesquisas de opinião** para demonstrar a relevância do tema na visão das pessoas
- * **Produzir análises e diagnósticos** que mostrem a prioridade e urgência do trabalho com a primeira infância
- * **Realizar palestras, seminários e apresentações** para tornar o tema mais conhecido e, portanto, mais palpável para as pessoas



REFERÊNCIAS E LEITURAS RECOMENDADAS

BRASIL / CONTROLADORIA GERAL DA UNIÃO. Manual da Lei de Acesso à Informação para Estados e Municípios. Disponível em: www.cgu.gov.br/Publicacoes/transparencia-publica/brasil-transparente/arquivos/manual_lai_estadosmunicipios.pdf/view

BRASIL / MINISTÉRIO DA CULTURA / SECRETARIA DE POLITICAS CULTURAIS. Subsídios para elaboração de um Plano Setorial. Disponível em: www.consultaesic.cgu.gov.br/busca/dados/Lists/Pedido/Attachments/442193/RESPOSTA_PEDIDO_Plano%20Material%20-%20Subsidios.pdf

FIEP. Portal do Movimento Nacional ODS Nós Podemos Paraná. Disponível em: <http://www.fiepr.org.br/nospodemosparana/>

JANNUZZI, Paulo de Martino. Indicadores sociais no Brasil: conceitos fontes de Dados e Aplicações. Campinas: Editora Alínea, 2009.

JANNUZZI, Paulo de Martino., GRACIOSO, Luciana de Souza. Produção e disseminação da informação estatística: agências estaduais no Brasil. São Paulo Perspec. [online]. 2002, vol.16, n.3, pp.91-103. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/S0102-88392002000300013>

KERNKAMP, Clarice da Luz., SAMPAIO, Helenara. GARCIA, Regina. Estatística e indicadores sociais. São Paulo: Pearson Education do Brasil, 2013.

PNUD. Manual de Interpretação e Análise de Indicadores: Módulo 1 – Movimento ODM Brasil. Brasília: SESI-PR/PNUD, 2014. Disponível em: www.pnud.org.br/Public/img/odm/pdf/AF_manual-PNUD_M1_indicadores.pdf

_____. Os Objetivos do Desenvolvimento do Milênio. 2016. Disponível em: www.pnud.org.br/odm.aspx

_____. Os Objetivos do Desenvolvimento Sustentável. 2016. Disponível em: www.pnud.org.br/ODS.asp

_____. Atlas do Desenvolvimento Humano. Brasília: PNUD, 2013. Disponível em: <http://atlasbrasil.org.br/2013/pt/>

PNUD-Brasil e SESI-PR. Interpretação e Análise de Indicadores. Brasília: SESI-PR/PNUD, 2014. Disponível em: http://www.pnud.org.br/Public/img/odm/pdf/AF_manual-PNUD_M1_indicadores.pdf

PREFEITURA DE SÃO PAULO. Plano Municipal da Primeira Infância (2018-2030). Disponível em: https://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/upload/Plano_Municipal_pela_Primeira_Infancia.pdf

REDE NACIONAL PRIMEIRA INFÂNCIA (BRASIL). Guia para Elaboração do Plano Municipal Pela Primeira Infância. 2ª ed. – Rio de Janeiro: Centro de Criação de Imagem Popular – CECIP, 2017.

REDE NOSSA SÃO PAULO / PROGRAMA CIDADES SUSTENTÁVEIS.. ANEXO GPS - Indicadores do Programa Cidades Sustentáveis e Orientações para o Plano de Metas. Disponível em: <https://www.cidadessustentaveis.org.br/arquivos/Publicacoes/orientacoes-plano-de-metas.pdf>

SOLIGO, Valdecir. Indicadores: conceito e complexidade do mensurar em estudos de fenômenos sociais. In: Est. Aval. Educ., São Paulo, v. 23, n. 52, p. 12-25, mai./ago. 2012. Disponível em <http://www.fcc.org.br/pesquisa/publicacoes/eae/arquivos/1724/1724.pdf>

SCHRADER, Achim. Métodos de pesquisa social empírica e indicadores sociais. Porto Alegre: Ed. Universidade/UFRGS, 2002.

SILVA SF, SOUZA NM, BARRETO JOM. Fronteiras da autonomia da gestão local de saúde: inovação, criatividade e tomada de decisão informada por evidências. Ciência e Saúde Coletiva. 2014; 19(11):4427-4438. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/csc/v19n11/1413-8123-csc-19-11-4427.pdf>

VILLI, MC. O monitoramento participativo como estratégia da sociedade civil para controle social: um estudo de caso da plataforma Monitorando a Cidade [dissertação]. São Paulo: Universidade de São Paulo, Escola de Artes, Ciências e Humanidades; 2018 [citado 2020-02-06]. doi:10.11606/D.100.2019.tde-03012019-191340.. Disponível em: <https://teses.usp.br/teses/disponiveis/100/100134/tde-03012019-191340/pt-br.php>



FONTES DE DADOS

Abaixo, alguns exemplos de plataformas e fontes com dados e indicadores sociais que podem auxiliar no conhecimento e futuro monitoramento de informações relacionadas à primeira infância.



ABRANGÊNCIA NACIONAL

NOME DA FONTE	LINK DO PORTAL	TIPO DE INFORMAÇÃO ENCONTRADA
IBGE Séries Históricas	https://seriesestatisticas.ibge.gov.br/default.aspx	Populacionais e sociodemográficos
Data SUS	http://www2.datasus.gov.br/DATASUS/index.php?area=02	Saúde
TabNet - CNES	http://www2.datasus.gov.br/DATASUS/index.php?area=0204	Saúde
INEP - Data	http://portal.inep.gov.br/web/guest/inep-data	Educação
SAGI	https://aplicacoes.mds.gov.br/sagi/portal/index.php?grupo=212	Bolsa Família
TABCAD	https://aplicacoes.mds.gov.br/sagi/cecad/tabulador_tabcad.php?p_forma=1	Assistência Social



ABRANGÊNCIA MUNICIPAL * SÃO PAULO

NOME DA FONTE	LINK DO PORTAL	TIPO DE INFORMAÇÃO ENCONTRADA
TabNet - PMSP	https://seriesestatisticas.ibge.gov.br/default.aspx	Saúde
Observa Sampa	http://observasampa.prefeitura.sp.gov.br/index.php/indicadores/indicadores-por-tema/	Dados gerais do município
GEOSampa	http://geosampa.prefeitura.sp.gov.br/PaginasPublicas/_SBC.aspx	Dados gerais do município
SIM Direitos Humanos	http://www.prefeitura.sp.gov.br/simdh/	Direitos Humanos
Fundação Seade	http://www.seade.gov.br	População e sociodemográficos
São Paulo Transporte S. A. (SPTrans)	http://www.sptrans.com.br/indicadores/	Mobilidade

